

Brasil promete ao FMI conseguir este ano superávit operacional de Cr\$ 5,7 trilhões

BRASÍLIA — O Brasil pretende zerar o déficit público operacional de Cr\$ 50,7 trilhões previsto para este ano e mesmo obter um superávit de Cr\$ 5,7 trilhões. Essa proposta está sendo discutida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) pela missão que está em Washington, desde terça-feira, e deverá exigir um esforço dos Estados e Municípios, pois o Governo poderá solicitar aos Governadores e Prefeitos que abram mão dos recursos que têm a receber este ano, contentando-se com apenas Cr\$ 2 trilhões em janeiro próximo.

Técnicos oficiais que acompanham de perto as negociações com o FMI acreditam que os Estados não deverão se recusar a participar do esforço para a eliminação do déficit público operacional este ano. Lembram que, no total, as transferências de recursos para Estados e Municípios vão crescer Cr\$ 5,4 trilhões em 85, graças ao pacote que aumentou a arrecadação de impostos em Cr\$ 16,2 trilhões. Essa é uma receita com a qual eles não contavam e que lhes vai permitir zerar também seus déficits operacionais este ano.

Os diferentes critérios do Governo e do Fundo

Os vários números do déficit público já divulgados podem parecer confusos à primeira vista. O que ocorre é que o Governo estimou um déficit de caixa de Cr\$ 108,8 trilhões para este ano, enquanto esse mesmo rombo, calculado pelo critério operacional do FMI, equivale a exatos Cr\$ 50,7 trilhões.

No déficit operacional não são computadas várias contas que compõem o caixa. Nele não estão, por exemplo, as correções monetária e cambial incidentes sobre as dívidas do Governo, nem os encargos financeiros do Banco Central e outras operações do BC no exterior. Não estão incluídas, tampouco, as operações do Banco

do Brasil e Cr\$ 5 trilhões dos recursos da receita tributária, que serão arrecadados em dezembro e só entrarão no Caixa do Tesouro em janeiro.

Todas essas exclusões somam Cr\$ 58,1 trilhões, que, subtraídos do déficit de caixa de Cr\$ 108,8 trilhões, resultam em um déficit operacional de Cr\$ 50,7 trilhões.

Plano de três pontos é examinado em Washington

A fórmula montada pelo Governo para eliminar o déficit público e que está sendo examinada em Washington pelo FMI prevê os seguintes passos:

1) Partindo do déficit de caixa de Cr\$ 108,8 trilhões — total das despesas previstas para as quais o Governo não dispõe de recursos — foram adotadas medidas que incluem aumento da receita tributária e cortes de despesas num total de Cr\$ 62,2 trilhões. Desta forma, restam Cr\$ 46,6 trilhões de déficit a serem cobertos com a emissão de moeda e de títulos públicos.

2) O esforço fiscal de Cr\$ 62,2 trilhões permitirá uma economia superior ao déficit operacional de Cr\$ 50,7 trilhões. Com isso, o Governo não só eliminará o saldo negativo, mas também obterá um superávit público de até 0,4 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), que, por sua vez, está previsto em Cr\$ 1,27 quatrilhão este ano.

3) Para fechar esta intrincada conta, o Governo está propondo ao Fundo Monetário Internacional limitar em 180 por cento a expansão da base monetária (emis-

são primária de moeda) em 85. Este é um dos aspectos da proposta brasileira que deverão encontrar forte resistência entre os técnicos do FMI. Na prática, uma expansão monetária de 180 por cento seria complementada por uma emissão de Cr\$ 19 trilhões em títulos públicos pelo Governo federal. Se, por acaso, o FMI insistir em um crescimento menor para a base monetária — possivelmente de 150 por cento — a emissão de títulos este ano aumentaria para mais de Cr\$ 20 trilhões.